



CÂMARA

REVISTA

INFORMATIVO MENSAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE NITERÓI

Ano V - nº 53
outubro 2015

Sambistas serão homenageados pela Câmara

O Dia do Samba será comemorado no próximo 30 de novembro. A Câmara de Vereadores aprovou a criação do Diploma Personalidade do Samba Vereador Carlos Magaldi, que será entregue aos que se destacaram nos blocos e escolas de samba, aos cantores da noite, compositores, passistas e a todos os envolvidos com o carnaval. É uma homenagem ao criador da Semana Municipal do Samba em Niterói. Durante mais de dez anos Magaldi, morto durante um assalto no ano passado, comandou esta solenidade na Câmara. O evento começa às 17h e será apresentado pelo jornalista e produtor cultural Mário Dias.

CCR Barcas dá explicações sobre contrato

Representantes da CCR Barcas foram convocados para explicar em audiência requerida pelo vereador Betinho como fica o contrato com o Estado e a continuidade do serviço de travessia marítima. **Página 4**

Especialistas falam sobre o vício do crack

A convite do vereador Renatinho, especialistas, usuários e familiares de pessoas que usam a Rede de Saúde Mental de Niterói debateram na Câmara sobre o avanço do vício do crack e seus efeitos. **Página 6**

Crise hídrica quase na bica

Paulo Roberto Araujo



Audiência pública realizada pela Câmara Municipal, que foi presidida pelo vereador Daniel Marques, alertou autoridades e a população em geral para a iminência de uma crise hídrica afetar Niterói. O biólogo Paulo Bidegain advertiu que, caso o nível do Rio Macacu e de seus afluentes continue em queda acelerada (foto), não haverá alternativa senão a de racionamento. Outros ambientalistas e técnicos presentes ao encontro apontaram a necessidade de investimentos urgentes para evitar que o abastecimento não apenas de Niterói, mas também de São Gonçalo e da Ilha de Paquetá, servidos pelo sistema Imunana-Laranjal, seja afetado em breve. **Páginas 2 e 3**

PM pede apoio para combater crime

Sugerir como o Executivo e o Legislativo municipais podem contribuir para a Polícia Militar combater o crime com eficiência foi o tema da reunião realizada na Câmara entre os comandantes PMs que atuam na Grande Niterói e 15 dos 21 vereadores. O encontro foi coordenado pelo presidente da Comissão de Segurança, vereador Renato Cariello, no gabinete do presidente da Câmara, Paulo Bagueira. Os policiais sugerem como contribuição do Executivo algumas medidas simples, como a troca de lâmpadas queimadas, a poda de árvores, e a fiscalização de terrenos e casas abandonadas que servem de esconderijo para marginais. **Página 7**



Comandantes da PM reunidos com vereadores em busca de soluções

Câmara Municipal de Niterói

Mesa Diretora

Biênio 2015/2016

Presidente: Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

1º Vice-presidente: Milton Carlos Lopes (Cal)

2º Vice-presidente: Priscila Nocetti

1º Secretário: Luiz Carlos Gallo

2º Secretário: Emanuel Rocha

Comissões Permanentes:

Administração, Estatística e Servidores Públicos

Presidente: José Vicente Filho

Vice-presidente: Daniel Marques

Membro: Betinho

Constituição, Justiça e Redação Final

Presidente: Rodrigo Farah

Vice-presidente: Renato Cariello

Membros: Bruno Lessa, Priscila Nocetti e Roberto Jales (Beto da Pipa)

Cultura, Comunicação e Patrimônio Histórico

Presidente: Leonardo Giordano

Vice-presidente: Paulo Henrique Oliveira

Membro: Roberto Jales (Beto Da Pipa)

Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte

Presidente: Daniel Marques

Vice-presidente: Emanuel Rocha

Membro: José Vicente Filho

Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval

Presidente: Carlos Macedo

Vice-presidente: Milton Carlos Lopes (Cal)

Membros: Henrique Vieira

Direitos do Idoso, da Mulher e da Pessoa com Deficiência

Presidente: Betinho

Vice-presidente: Geivaldo Renatino de Freitas

Membros: Leonardo Giordano

Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente

Presidente: Geivaldo Renatino de Freitas

Vice-presidente: Verônica Lima (licenciada)

Bira Marques (em exercício)

Membros: Betinho,
Henrique Vieira,
Luiz Carlos Gallo,

Educação, Ciência, Tecnologia e Formação Profissional

Presidente: Paulo Henrique Oliveira

Vice-presidente: Leonardo Giordano

Membros: Bruno Lessa,
Carlos Macedo,
Vitor Junior

Esporte, Lazer e Turismo

Presidente: Andriago de Carvalho

Vice-presidente: Priscila Nocetti

Membro: Luiz Carlos Gallo

Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas

Presidente: Bruno Lessa

Vice-presidente: Paulo Henrique Oliveira

Membros: Andriago de Carvalho e Paulo Eduardo Gomes e Renato Cariello

Fiscalização Financeira, Controle e Orçamento

Presidente: Vitor Junior

Vice-presidente: Milton Carlos Lopes (Cal)

Membros: Bira Marques, Bruno Lessa e Paulo Eduardo Gomes

Habitação e Regularização Fundiária

Presidente: Verônica Lima (licenciada) / Bira Marques (em exercício)

Vice-presidente: Andriago de Carvalho

Membros: Beto da Pipa,
Paulo Eduardo Gomes e Paulo Henrique Oliveira

Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Presidente: Henrique Vieira

Vice-presidente: Betinho

Membros: Andriago de Carvalho,
Carlos Macedo e Vitor Junior

Saúde e Bem-Estar Social

Presidente: Paulo Eduardo Gomes

Vice-presidente: Rodrigo Farah

Membros: Bira Marques, Priscila Nocetti
Vitor Junior

Segurança Pública e Controle Urbano

Presidente: Renato Cariello

Vice-presidente: Luiz Carlos Gallo

Membros: Daniel Marques

Urbanismo, Obras, Serviços Públicos, Transportes e Trânsito

Presidente: Roberto Jales (Beto Da Pipa)

Vice-presidente: Carlos Macedo

Membros: Bira Marques,
Renato Cariello,
Rodrigo Farah

Crise h mais pró

A cada segundo a Cedae retira sete mil litros de água do Rio Macacu. Com o rio atravessando um dos seus piores momentos em relação ao volume d'água, Niterói e as demais cidades abastecidas pelo Sistema Imunana-Laranjal começam a discutir alternativas. Caso o nível do Macacu e seus afluentes continue em queda acelerada, poderá não haver outra alternativa além do racionamento. Mas ambientalistas e técnicos presentes à audiência pública promovida pela Câmara apontam soluções e investimentos urgentes que precisam ser colocados em prática para evitar medidas mais drásticas.

Autor do pedido da audiência, o vereador Daniel Marques, que presidiu o encontro, exibiu um vídeo que produziu ao percorrer o Rio Macacu desde sua nascente até o Canal de Imunana. A urbanização fora de controle, o desmatamento e o despejo de esgoto são ameaças à vida na Bacia e ao abastecimento de milhões de pessoas nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Niterói, Maricá, São Gonçalo e a Ilha de Paquetá.

O biólogo Paulo Bidegain mostrou que a situação é extremamente preocupante e garante que falta de recursos é balela.

— O saneamento do município de Cachoeiras de Macacu é prioritário e custaria em torno de R\$ 80 milhões. Enquanto o Inea (Instituto Estadual do Ambiente) tem um orçamento de R\$ 60 milhões para custeio, a Assembleia Legislativa tem R\$ 1 bilhão para gastar. O orçamento do Tribunal de Contas é de R\$ 750 milhões. Há uma inversão de prioridades. A gente não come papel, não bebe gasolina — desabafou o biólogo.

Ainda conforme o especialista, toda a região depende do Rio Macacu e todos são responsáveis na busca de uma solução conjunta.

— É no Orçamento que se vê a intenção dos governos em resolver a questão. Órgãos que nada resolvem têm infinitamente mais recursos para nada.

Avenida Ernani do Amaral Peixoto nº 625 Centro, Niterói, RJ - CEP: 24020-073

Tel: (21) 3716-8600 - www.camaraniteroi.rj.gov.br

Informativo mensal da Câmara de Vereadores de Niterói

Assessoria de Comunicação Social (jornalista responsável: Vinicius Martins)

Criação: Identgraf Design e Impressos Ltda

Editor: Gilberto Fontes - Textos: Eduardo Garnier - Fotos: Sérgio Gomes e Arquivo da Câmara

Câmara em revista® é uma publicação que visa aproximar a população das atividades do Legislativo niteroiense. Com circulação mensal, as edições cobrem temas como audiências públicas, principais projetos de lei em discussão e vitórias das comissões, levando transparência e mais informação para os cidadãos.



hídrica cada vez próxima de Niterói



O biólogo Paulo Bidegain mostra dados embasando sua opinião de que a situação hídrica de Niterói “é bastante preocupante”

Desde 1988 um estudo sobre a manutenção dos recursos hídricos de forma sustentável está pronto. Vamos beber leis e comer processos? — questiona.

Presente ao encontro ao lado do irmão medalhista olímpico Torben, o vice-prefeito Axel Graef falou sobre ações implementadas pelo governo que ele ali representava:

— Niterói era uma pequena vila e não crescia por falta de água para todos. O governo da época desapropriou a Chácara do Vintém, no Bairro de Fátima, e a cidade começou a crescer. Com o passar do tempo nossa água passou a vir de outro manancial, localizado no final da Alameda São Boaventura, até hoje conhecido como Subida da Caixa D'Água. E a cidade não parava de crescer — disse o vice-prefeito.

Axel lembrou, também, que Niterói comprou terras além de seus limites, na localidade do Paraíso, em São Gonçalo, para garantir

abastecimento de água.

— Hoje usamos água de muito mais longe, do Rio Macacu. A atual gestão fechou um acordo com o Governo do Estado para aumentar o fornecimento de água para Niterói. Em troca nossa companhia fez investimentos em linhas de distribuição em São Gonçalo que apresentavam altos índices de desperdício — revelou Axel.

Segundo o deputado estadual Flávio Serafini (PSOL), membro da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise hídrica do Estado instalada na Alerj, é preciso repensar nossa forma de produção.

— Nossas indústrias utilizam os recursos naturais de forma danosa. Os que mais consomem são indústria e pecuária. Logo, têm que economizar mais, não podemos sempre chamar apenas a população para o sacrifício maior. Niterói hoje, menor territorialmente e em número de habitantes, consome muito mais água do que São

Gonçalo e Itaboraí, até quando isso será possível? — indaga o deputado.

Bruno Lessa, por sua vez, pretende que o Poder Legislativo dê sua contribuição de forma concreta para amenizar a crise.

— Podemos conceder incentivos para que a população gaste menos. A outra opção seria aumentar a demanda, batalha travada em outro nível de Poder. Por outro lado, o Plano Urbanístico Regional de Pendotiba e a revisão do Plano Diretor não podem sinalizar para um forte adensamento. Hoje já existe uma demanda reprimida para o consumo de água — conta o vereador.

Paulo Eduardo Gomes enfatizou que determinadas legislações de Niterói devem mudar. Para ele a cidade deve ser pensada para o bem-estar de quem vive nela, e não para quem pretende vir morar nela. Representantes do Inea e da Concessionária Águas de Niterói também compareceram ao encontro.





Barcas voltam ao foco de audiência

A historicamente conturbada ligação marítima entre a Praça Arariboia, em Niterói, e a Praça XV de Novembro, no Rio, foi mais uma vez tema de audiência pública na Câmara de Vereadores. Desta vez a principal questão não focou o preço alto das tarifas, mas a incerteza quanto ao futuro do contrato assinado entre o Estado e a concessionária CCR Barcas. A empresa não está satisfeita com os termos do acordo, ameaça entregar a concessão e ainda busca indenização que passa dos R\$ 150 milhões. Solicitada e presidida pelo vereador Betinho, a audiência serviu para ouvir as explicações da Gerência de Contratos da CCR Barcas, chefiada por Rodrigo Abdalla.

— O contrato é lesivo a concessionária, não é bom para o Estado e acaba — diminuindo a qualidade do serviço prestado à população. Ele já prevê sua revisão a cada cinco anos para que o equilíbrio financeiro da empresa seja alcançado. A assinatura de outro é a melhor solução, para que investimentos

possam ser feitos na Estação Praça XV e no Estaleiro da Ponta da Areia — disse Abdalla.

Ainda conforme o gestor, em todo o mundo o transporte aquaviário é subsidiado para que possa operar com qualidade.

— A rescisão amigável do contrato, a nosso ver, é a forma mais apropriada até que o Estado decida o que fazer. Investimos R\$ 80 milhões e o Estado algo próximo dos R\$ 200 milhões na compra de novas embarcações. Nossa conta não fecha e o desequilíbrio financeiro é da ordem de R\$ 154 milhões. Mas não vamos abandonar o serviço, buscamos uma solução — explicou Rodrigo Abdalla.

Quem paga a conta?

Para o advogado Luís Alberto Mendonça, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, o pagamento de qualquer indenização não pode sair do bolso do contribuinte, que já é penalizado com a qualidade ruim do serviço. O vereador Betinho questionou o

preço de R\$ 13,90 para a ligação Charitas-Praça XV e a dificuldade para obter informações sobre o contrato.

— O morador humilde do Morro do Preventório, de Jurujuba e da Região Oceânica vai sair do Túnel Charitas-Cafubá e pegar outra condução para embarcar na Praça Arariboia para pagar mais barato. Isso não contribui para a mobilidade urbana — destacou Betinho.

A concessionária alegou que a ligação Charitas é diferenciada, sem caráter social.

— A ligação Paquetá, Ilha do Governador e outras são deficitárias. Do Rio para Niterói o movimento acontece apenas pela manhã e à tarde, no resto do dia dá prejuízo. O horário do pico não cobre o vazio do restante do dia. Entre 75% e 85% dos usuários faz uso do Bilhete Único nas linhas sociais, o que não é o caso da linha Charitas-Praça XV — diz Rodrigo Abdalla.



Rodrigo Abdalla, da CCR; Breno Vidal, da Secretaria de Transportes; Betinho e Ricardo Trigo, da Agetransp

Agetransp explica cálculo das tarifas

Sobre a composição do cálculo das tarifas do serviço de barcas, explicou o representante da Agência Reguladora Estadual de Transportes (Agetransp), Ricardo Trigo, disse que “até 2012, as tarifas eram definidas pelo aspecto técnico local. Depois foi criada a chamada tarifa de equilíbrio para manter a saúde financeira da empresa concessionária. A linha Niterói-Praça XV, trajeto com maior movimento, acaba subsidiando as outras linhas deficitárias”, contou.

Na avaliação do vereador Bruno Lessa a nova licitação deve ser vencida pelo grupo que apresentar tarifa menor. “Defendo, ainda que a licitação seja por linhas e não por todo o sistema. Quanto ao chamado



deficit ele é muito questionável. Um mês após assumir o serviço houve aumento de 60% no preço da passagem”.

Também participaram da audiência os vereadores Milton Cal, Paulo Eduardo Gomes e Renatinho. Representando a Secretaria Estadual de Transportes participou o coordenador de Mobilidade, Breno Vidal.



Afloram críticas à garagem subterrânea

Ascom / Bruno Lessa



Moradores de Charitas e São Francisco participam de audiência pública sobre a garagem subterrânea

A construção da garagem subterrânea no bairro de Charitas foi tema de audiência pública promovida pela Câmara. Solicitada e presidida pelo vereador Bruno Lessa a discussão foi realizada na Paróquia de São Francisco Xavier, para que a população local pudesse comparecer com maior facilidade. Autoridades das secretarias municipais de Conservação e Urbanismo e Mobilidade Urbana sentaram-se à mesa com lideranças comunitárias e políticas, co-

merciantes e moradores locais.

José Augusto Hosken, do Polo de Gastronomia de Charitas e São Francisco, destacou que a atividade comercial teve uma queda em torno de 70% por conta das obras. Para o vereador Bruno Lessa o melhor seria construir a garagem no outro lado do Túnel Luís Antônio Pimentel.

— Seria mais barato construir no lado oceâ-

nico do túnel, lá no Cafubá. Os motoristas iriam contribuir para melhorar o trânsito na Zona Sul, para diminuir a poluição e tornar a mobilidade urbana menos caótica. Quem for para o Rio pega uma barca na Estação Charitas e pronto — acredita Lessa.

Os representantes da Prefeitura informaram que a construção da garagem atende a uma demanda do Ministério Público Estadual para suprir a carência de vagas na região.

Aldeia Imbuhy está mobilizada contra despejo

Integrantes do Movimento SOS Aldeia Imbuhy realizaram mais uma audiência pública na Câmara. Dezenas de famílias lutam desde 2007 contra a decisão judicial que determina a retirada dos moradores do local. As famílias são descendentes dos chamados “olheiros de costa”. Recentemente foi reconhecida pela Prefeitura como comunidade tradicional de Niterói. O Exército Brasileiro não enviou representante para o encontro. No início do ano três famílias foram retiradas por ordem da Justiça e as casas imediatamente demolidas.

— A Prefeitura abraçou a causa desde o começo. Mas o momento é de buscar uma alternativa, temos que ter um plano “B”. A mudança do ministro Jaques Wagner por Aldo Rebelo faz com que se perca a continuidade. O ex-ministro Nelson Jobim fez um acordo para suspender o processo. A história da Aldeia precisa ser recontada para que a Justiça saiba o seu real papel — disse a secretária Executiva da Prefeitura, Maria Célia Vasconcellos.

Presidida pelo vereador Leonardo Giordano, da Comissão de Cultura e Patrimônio Histórico, participaram da audiência o deputado estadual Waldeck Carneiro; do representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Luiz Carlos de Andrade; dos professores e pesquisadores Marcia Motta e Vladimir Luz; do presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy, Ailton Navega; e dos vereadores Andriço de Carvalho, Daniel Marques, Paulo Eduardo Gomes e Renatinho.



Moradores da Aldeia Imbuhy lotam o plenário e as galerias da Câmara

O coordenador do Incra lembrou que o terreno pertence à União, que vai manifestar o interesse em criar assentamento social no local.

Ao todo 29 famílias estão ameaçadas de despejo proposto pelo Exército. O advogado que representa os moradores deu entrada em ação rescisória contra a sentença do Superior Tribunal de Justiça em maio. Ele baseia seu pedido em três pontos: a lei municipal que tombou a aldeia, o reconhecimento da Prefeitura de que a comunidade é tradicional, e a descoberta de uma prova material dando conta que as famílias chegaram ao local muito antes do Exército.

Foi juntado ao processo um exemplar do Almanaque Lennet, da França, com dados sobre os bairros da cidade de 1830 a 1840. A Aldeia Imbuhy fica dentro do Complexo dos Fortes do Exército, em Jurujuba. Dados históricos apontam Dona Flora Simas de Carvalho, a Dona Iaiá, pioneira na Aldeia, como quem bordou a primeira bandeira brasileira.





Crack, a droga que devasta 3% da população



Rosimere Barbosa fala sobre o plano de combate ao crack, implantado em 2013 nos municípios fluminenses

Uma das drogas mais perigosas e que atinge um número cada vez maior de pessoas no Brasil foi tema de debate na Câmara Municipal. Por iniciativa do presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente, vereador Renatinho, o tema “Crack, é possível vencer” foi discutido por especialistas, usuários, familiares e pessoas que dependem da Rede de Saúde Mental de Niterói.

A psicóloga e professora Érika Carmim, do Núcleo de Pesquisas Contra Drogas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lembrou que o vício do crack, “apesar de gravíssimo”, não é pior que o do álcool. Explicou que um dos fatores que tornam o crack mais visível à sociedade é o fato de o efeito da droga não durar mais que dez minutos no cérebro. — O viciado não consegue se afastar do ponto

de venda e isso forma essa legião de dependentes, que salta aos olhos. Apesar do efeito devastador, apenas 3% da população brasileira tem envolvimento com o crack. O álcool atua de forma mais discreta nas boates da moda, nas universidades, nos pontos nobres. É uma droga considerada lícita, mas que está destruindo vidas — disse a especialista.

Renatinho alertou que as obras do Túnel Charitas-Cafubá vão derrubar mais da metade do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba (HPJ). “Esperamos que o governo municipal aponte uma alternativa para a demolição do hospital”.

O professor Carlos Henrique Júnior, coordenador do Instituto Hermógenes, instituição que trabalha com a terapia do loga, destacou que os próprios usuários sentem-se impotentes na

luta contra o vício. Já Rosimere Barbosa Lima, da Gerência da Saúde Mental do Estado, falou sobre o Plano de Combate ao Crack implantado em 2013 nos municípios e que foi pactuado, diretamente, com o Ministério da Saúde.

Letícia do Rosário, coordenadora da Saúde Mental de Niterói, contou o que a Prefeitura de Niterói dispõe para acolhimento de quatro centros de atenção psicossocial, os CAPs. O presidente da Fundação Municipal de Educação, José Henrique Antunes, falou sobre os programas, projetos e ações voltadas para a prevenção às drogas no âmbito das escolas municipais. Também compareceram o subsecretário Executivo da Prefeitura, Anderson Faria; o advogado Ruy Oliver, da OAB Niterói; e os vereadores Daniel Marques, Henrique Vieira e Paulo Eduardo Gomes.

Sindicatos debatem saúde do trabalhador

Dezenas de lideranças sindicais dos mais variados segmentos usaram a tribuna da Câmara de Vereadores para levantar questões como mobilidade urbana, segurança, saúde, educação, transportes, acessibilidade e fatos que interferem no dia a dia dos trabalhadores, durante um debate sobre o relatório do Fórum Intersindical do Leste Fluminense.

— Nossa proposta é fazer sugestões, e não apenas criticar. Queremos abrir um canal de negociação com as três esferas de poder. Nosso Fórum tem representantes de todos os partidos e estamos atuando em Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí. Vamos levar esses encontros para mais municípios até o fim do ano — conta José Jovino, representante do Sindicato dos Empregados em Edifícios de Niterói.

Aberta pelo presidente da Câmara, vereador Paulo Bagueira, a audiência pública foi conduzida pelo ex-vereador João Gustavo. Clóvis

Abraham Cavalcanti, presidente do Sindicato dos Médicos de Niterói (SinMed), criticou o “abandono da saúde em Niterói”. Acrescentou que, “por conta da precariedade da atenção básica, o Hospital Estadual Azevedo Lima está sobrecarregado. Perdemos nove hospitais da rede privada nos últimos anos. Mesmo aqueles que têm plano de saúde devem estar preocupados, pois em caso de acidente nas ruas vamos todos para os hospitais públicos”, ressaltou Clóvis.

Ainda conforme o presidente do SinMed, Niterói atualmente é referência negativa em termos de saúde pública.

— Se a rede de atenção básica, que um dia exportou para o Brasil o Programa Médico de Família, não atende bem, lota-se hospitais para aplicar uma simples injeção. Não se realiza mais concurso e 70% da rede de saúde é formada por prestadores de serviço sem nenhum vínculo com a cidade — disse Clóvis Cavalcanti.

Participaram do debate Rubens Oliveira, do Sindicato dos Rodoviários; Fernando Paulino, do Sindicato dos Jornalistas; Marco Antônio, representando o Fórum Intersindical de São Gonçalo; e diversas outras lideranças envolvidas com a luta sindical.

União faz a força contra a criminalidade



Comandantes da Polícia Militar em Niterói reúnem-se com vereadores para unir esforços no combate ao crime

Unir esforços para saber como os poderes Executivo e Legislativo municipal podem contribuir para suprir carências materiais e operacionais da Polícia Militar. Esta foi a palavra de ordem da reunião realizada na Câmara entre os comandantes militares que atuam na Grande Niterói e 15 dos 21 vereadores. O encontro foi coordenado pelo presidente da Comissão de Segurança, vereador Renato Cariello.

— Todas as esferas de poder, todos os órgãos envolvidos com a segurança pública têm responsabilidade. Nessa reunião com a cúpula da PM o tema deve ser a ação da polícia no município, o que pode ser feito para melhorar a presença do policiamento ostensivo nas ruas é nosso foco — disse Cariello.

Concordando com o presidente da Comissão,

o tenente-coronel Marco Aurélio Pires Louzada, subcomandante do Comando de Policiamento Especializado (CPE), lembrou que não cabe à Polícia Militar questionar a origem do problema, seja ele social ou econômico.

— O crime será combatido no asfalto, na favela, em qualquer lugar. As causas devem ser estudadas e combatidas, mas não por nós — disse o coronel.

O CPE responde, entre outras unidades especiais, pelo Grupamento Aeromóvel (GAM), pela Companhia Independente de Ações com Cães, e pelos batalhões de Operações Especiais (BOPE), de Polícia Rodoviária (BPRv) e de Choque (BPChoque).

Questões objetivas como a troca de lâmpadas queimadas, a poda de árvores, a fiscalização

dos terrenos e casas abandonadas que servem de esconderijo para marginais, foram algumas das propostas apresentadas no encontro. Segundo o coronel Fernando Salema, comandante do 12º BPM, o batalhão conta hoje com um efetivo de 1.050 homens. Por conta das escalas de serviço, diariamente entre 280 e 300 policiais são colocados nas ruas de Niterói e Maricá.

No início da reunião o vereador Henrique Vieira, autor do pedido de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Autos de Resistência, questionou a forma tradicional de ação policial que, segundo ele “leva ao enfrentamento e a um aumento do número de mortes”. Na avaliação do chefe do 4º CPA (Comando de Policiamento de Área), Danilo Nascimento, atualmente, 85% das mortes têm origem no tráfico de drogas.

Outubro Rosa na Câmara

Somente este ano, 57 mil novos casos de câncer de mama serão diagnosticados no Brasil. A informação foi dada pela mastologista Thereza Cypreste durante palestra organizada pelas funcionárias da Câmara de Vereadores de Niterói para marcar as comemorações do Outubro Rosa, o mês destinado à prevenção da doença.

— É importante que instituições públicas como a Câmara de Vereadores toque neste tipo de assunto para ajudar a prevenir a doença e quebrar paradigmas. Ainda temos muitos casos de mulheres que procuram atendimento quando a doença está em um estágio muito avançado, dificultando a cura. Usar a Casa do Povo para ações como essa é muito louvável e importante para que as nossas voluntárias possam se sentir acolhidas pelas autoridades públicas — disse a médica Thereza Cypreste.

Diretora da Policlínica Municipal Malu Sampaio, voltada exclusiva-



A médica Célia Bragança alerta sobre a prevenção do câncer de mama

mente para o atendimento às mulheres, a médica Célia Bragança, disse que “o medo do tratamento e a mistificação da doença são os inimigos do combate ao câncer”. Alertou ser importante procurar o médico logo no primeiro sintoma.

O presidente da Câmara, Paulo Bagueira participou da abertura do evento acompanhado pela esposa, Raíssa Machado, e destacou a importância de a Câmara abraçar iniciativas como esta.



NO PLENÁRIO



Andrigo (SDD)

Jorge Andrigo Dias de Carvalho é autor do Projeto de Lei 213/2015 que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Niterói o CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados), situado à Avenida Carlos Ernildo Marins, em Jurujuba.

No mês em que Niterói completou 441 anos, a cidade ganhou um grande complexo cultural e esportivo, resultado de uma parceria entre o Governo Federal, através do Ministério da Cultura e a Prefeitura de Niterói, inaugurado no dia 17 de novembro passado pelo prefeito Rodrigo Neves, e seu vice, Axel Graef.

Segunda unidade inaugurada no Estado do Rio de Janeiro, o CEU de Niterói foi batizado com o nome do sambista Ismael Silva, numa homenagem ao compositor, nascido em Jurujuba, fundador da Escola de Samba Deixa Falar, no Morro de São Carlos, no bairro do Estácio, em 1928. O CEU conta com um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), biblioteca, telecentro, cineteatro, salas multiuso e um complexo de lazer e de esporte com equipamentos de ginástica, pistas de caminhada e de skate, além de uma quadra poliesportiva. Abriga também núcleos avançados do Programa Aprendiz e do Projeto Semente, promovidos pela Prefeitura.

2613-5126
Gabinete 47



Bagueira (SDD)

Paulo Roberto de Mattos Bagueira Leal apresentou o Projeto de Lei 50.046/2013 que trata da obrigatoriedade dos estabelecimentos varejistas que vendem alimentos embalados a disponibilizarem balança para conferência do peso pelos consumidores. As balanças serão de uso exclusivo dos consumidores e serão instalados em local de fácil visualização e acesso dentro do estabelecimento.

O setor de atendimento ao consumidor localizado no estabelecimento deverá receber e conferir eventuais reclamações sobre atenção do peso dos alimentos e deverão criar uma central de apoio às reclamações dos consumidores, com acesso pessoal destes ou por meio de sistemas de comunicação telefônica ou eletrônica, que terá por objetivo intermediar o contrato com o fornecedor ou produtor e sanar o problema no prazo de 15 dias úteis, do qual será comunicado o consumidor, sem prejuízo de informações sobre a denúncia ao órgão de defesa do consumidor competente. Os varejistas que não cumprirem as normas constantes nessa lei, em último caso, poderão ter suas licenças de funcionamento caçadas, com as consequências inerentes às leis que versam sobre a matéria e, com a inclusão da empresa na dívida ativa.

2613-6765
Gabinete 82



Betinho (SDD)

Alberto Luiz Guimarães Iecin, o Betinho, através do Projeto de Lei 209/2015 considera patrimônio cultural de interesse público, para fins de tombamento de natureza imaterial, o táxi mais antigo do Brasil.

Trata-se de um Volkswagen, modelo Fusca Sedan, ano 1969, quatro portas todo original, que caso o projeto seja aprovado, passará a integrar o patrimônio histórico, artístico e cultural, de natureza imaterial, do Município de Niterói, com fundamento na Lei Municipal 2.631/09.

Em sua justificativa o vereador diz que o tombamento do táxi mais antigo do Brasil, que passa a integrar o patrimônio histórico, cultural e artístico de natureza imaterial do Município de Niterói, para a preservação de sua identidade, integridade e manutenção das atividades que realiza, contribuindo assim na promoção da diversidade cultural, educacional e artística. A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

2613-6782
Gabinete 51





Beto da Pipa (PMDB)

Roberto Fernandes Jales, o Beto da Pipa, em parceria com a vereadora licenciada Verônica Lima, é autor do Projeto de Lei 223/2014. A proposta isenta os profissionais de Educação Física, denominados “personal trainers”, livres de qualquer cobrança ou incidência de percentuais sobre honorários, taxas, comissões ou cobranças de qualquer natureza pelas academias ou estabelecimentos com práticas esportivas, mesmo que estes não integrem o quadro dos empregados de tais estabelecimentos.

O livre acesso dos profissionais em questão estará condicionado ao prévio cadastramento do mesmo junto à academia, que deverá ser feita sob responsabilidade do aluno. Ficam excluídos deste projeto de lei os estúdios e clínicas de treinamento personalizado e especializados.

“O profissional de Educação Física em questão não causa nenhuma despesa para o estabelecimento, eis que a sua contratação é uma liberalidade do aluno”, justificou Beto da Pipa, acrescentando que o treinando é quem paga duas vezes: uma vez ao professor da academia quando quita a mensalidade e outra quando paga o personal trainer para acompanhá-lo exclusivamente”.

2620-3179
Gabinete 20



Bira Marques (PT)

Ubirajara Bento Marques, o Bira, pelo Projeto de Lei 199/2015 institui a Campanha Permanente de informação, Prevenção e Combate à Depressão em Niterói.

A campanha terá como objetivos ampliar a informação e o conhecimento sobre a depressão, suas causas, sintomas, meios de prevenção e de tratamento; incentivar a busca pelo diagnóstico e o tratamento dos pacientes; além de combater o preconceito que cerca a depressão.

Durante a campanha, o Município deverá promover a realização de palestras, debates, distribuição de panfletos, colocação de placas ou banners nas vias públicas e outros meios necessários para atender os objetivos desta Lei. O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias com outras instituições públicas ou privadas para a realização da campanha.

“A depressão é uma doença que ataca tão sorrateiramente, que a maioria dos que sofrem dela nem percebem que estão doentes. Segundo o doutor Dráuzio Varella, em matéria publicada em seu endereço eletrônico, a cada dez pessoas que procuram o médico, pelo menos uma preenche os requisitos para o diagnóstico de depressão”, explicou.

2613-0505
Gabinete 10



Bruno Lessa (PSDB)

Bruno Bastos Lessa aguarda o trâmite para o Projeto de Lei 211/2015 que dispõe sobre a igualdade de avaliação de desempenho de pessoa com deficiência de qualquer natureza, contemplando-os nos planos de carreira, cargos e salários na administração direta ou indireta no Município de Niterói.

O projeto também determina, na elaboração de todo plano de carreira, cargos e salários na administração direta ou indireta, que a pessoa com deficiência de qualquer natureza será contemplada na avaliação de desempenho da função exercida, considerando as condições especiais de cada indivíduo. A avaliação das pessoas com deficiência deverá ter acompanhamento e anuência do representante sindical de sua categoria, em conjunto com um representante da administração pública, assim como de costume dos funcionários em geral.

“Embora o tratamento social da pessoa com deficiência tenha evoluído nos últimos anos, devido ao esforço empreendido por diversos países e organizações internacionais, é fato incontestável que esse grupo populacional ainda se encontra longe de alcançar a igualdade substantiva aos demais cidadãos”, explica o vereador Bruno Lessa, justificando sua proposição.

2620-1321
Gabinete 23



NO PLENÁRIO



Cal (PP)

Milton Carlos da Silva Lopes, o Cal, é um dos autores do Projeto de Lei 107/2014 que dispõe sobre o reaproveitamento de água pluvial nas escolas públicas municipais. Conforme o Artigo 1º, todas as escolas públicas de Niterói serão incentivadas a realizar o reaproveitamento de água pluvial, em conformidade com as leis municipais 2.630/2009 e 2.856/2011.

Em parceria com a colega Verônica Lima, estabelece que a implantação do sistema de reaproveitamento de água pluvial deverá ser feito pelas secretarias municipais de Meio Ambiente e de Educação, envolvendo toda a comunidade escolar. O funcionamento do sistema de captação de água pluvial terá a participação obrigatória de todos os alunos e funcionários da rede de escolas públicas municipais de Niterói.

“A cidade de Niterói já possui duas leis que tratam do tema do reaproveitamento de água pluvial. As legislações vigentes têm como objetivo o armazenamento de águas pluviais para reaproveitamento e retardo de descarga na rede pública e estende as obrigações estimulando à instalação de sistema de coleta e reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas. Estamos somando esforços”, afirmou o vereador.

2622-2911
Gabinete 41



Carlos Macedo (PRP)

Carlos Aberto de Macedo é o autor da Indicação Legislativa, protocolada na Secretaria da Mesa Diretora com o número 1.773/2015, pela qual sugere ao Executivo que sejam instalados redutores de velocidade e pintura de faixa de pedestres na Avenida Irene Lopes Sodré, altura do número 1.940 (conhecida como Estrada do Engenho do Mato).

Segundo o vereador Macedo, trata-se de reivindicação necessária para preservar a vida de dezenas de crianças e de moradores que transitam por aquele local.

É também de Carlos Macedo a Indicação 1.772/2015. O instrumento legal pede ao prefeito Rodrigo Neves (PT) que seja feita a construção de uma caixa de esgoto e um trecho de 47 metros de manilhas na Rua 8, no Bairro do Sapê.

É ainda de sua autoria o Projeto de Lei 188/2013. A proposição legal, discorre sobre a gratuidade do uso dos estacionamentos controlados, direta ou indiretamente, mediante concessão, do município aos oficiais de justiça e avaliadores _ estadual e federal — em diligência e dá outras providências. Carlos Macedo preside na Câmara a Comissão Permanente de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval.

2613-6814
Gabinete 50



Daniel Marques (PV)

Daniel Marques Frederico, através do Projeto de Lei 216/2015, dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos de Niterói que comercializam veículos automotores de qualquer categoria e ciclos, a distribuir gratuitamente cartilha informativa sobre os direitos e deveres dos pedestres e ciclistas.

A cartilha deverá conter normas de circulação; quais são as infrações sujeitas a penalidades; noções de direção defensiva e de primeiros socorros, bem como os direitos e deveres dos pedestres e ciclistas.

“Nota-se em nossa cidade um constante aumento do uso de bicicleta como meio de locomoção, seja para adotar uma postura mais sustentável, para melhorar a qualidade de vida, por um meio ambiente mais equilibrado e limpo e para fugir dos engarrafamentos diários. Muitos ciclistas não sabem que o Código de Trânsito Brasileiro também regulamenta o uso da bicicleta e estabelece direitos e deveres para quem conduz este veículo. Na mesma linha temos os pedestres. Pela ótica dos motoristas e pedestres o problema do desconhecimento da lei é ainda maior, principalmente na temática que versa sobre os direitos dos ciclistas”, disse Daniel Marques.

2622-9742
Gabinete 89





Emanuel Rocha (SDD)

Emanuel Jorge Mendes da Rocha acompanha o andamento de seu Projeto de Lei 219/2015, através do qual ele propõe que haja o fornecimento de merenda escolar diferenciada para estudantes diabéticos e celíacos.

A condição de diabético e celíaco deverá ser informada pelo responsável do aluno, acompanhado de laudo médico no momento da matrícula ou da atualização cadastral na respectiva instituição de ensino. A merenda especial deverá ser supervisionada e orientada por médicos e nutricionistas de Niterói.

“É importante ressaltar que para muitas crianças a merenda escolar é uma das principais refeições, senão a única do dia, e é dever do Estado disponibilizar uma alimentação saudável, de acordo com as condições e no zelo da saúde dos estudantes”, advertiu o vereador.

Emanuel justifica que seu projeto, sendo aprovado, vai contribuir para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos, assim como para a melhoria do rendimento escolar, evitando também gastos com tratamentos médicos de disfunções alimentares naqueles estudantes que vierem a se socorrer na rede pública de saúde”, acrescentou o vereador.

2620-7313
Gabinete 80



Gallo (PROS)

Luiz Carlos Gallo de Freitas é autor do Projeto de Lei 221/2015. O Artigo 1º define que ficam destinados ao uso preferencial de idosos, gestantes, pessoas obesas, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e pessoas acompanhadas por crianças de colo todos os assentos de veículos do sistema de transporte coletivo municipal de Niterói.

O uso preferencial se aplica a todos os modais sob regime de permissão ou concessão. O vereador Gallo define o que considera como velhice: “É a época em que todas as capacidades físicas enfraquecem. Os olhos já não enxergam como antes; os passos agora são lentos e, talvez, precisem de bengalas; os ouvidos já não ouvem bem; os braços já não podem fazer força. O corpo dói devido aos músculos frágeis”.

Ele acrescenta em sua justificativa ao projeto de lei a seguinte constatação: “Triste que muitos só percebam e respeitem tal realidade quando eles próprios chegam à velhice. Neste sentido esta lei está sendo proposta. Mais do que punir, o objetivo é trazer de volta a educação e o respeito ao próximo, principalmente aos mais idosos, já perdida ao longo das gerações”, diz o vereador.

2620-4729
Gabinete 21



Henrique Vieira (PSOL)

Henrique dos Santos Vieira Lima apresentou o Projeto de Lei 142/2015 que obriga a Companhia de Limpeza de Niterói (Clin) a realizar a limpeza e esterilização dos uniformes de trabalho, botas, luvas e demais equipamentos higienizáveis dos funcionários que desempenham atividades em condições insalubres, a serviço desta Companhia.

Para fins de logística deve a Clin garantir a quantidade de uniformes suficientes ao ano, para que em todos os dias de trabalho haja uniformes limpos e esterilizados. O descumprimento obrigará o pagamento de multa, a ser paga pela Clin em favor do funcionário atingido, no valor de R\$ 1 mil.

“A legislação brasileira ao estabelecer o adicional de insalubridade para os trabalhadores que laboram em condições insalubres, não buscou um atenuante ou uma premiação. Na verdade, a intenção do legislador era tentar coibir o trabalho em condições prejudiciais à saúde, por isso, forçando a que o empregador tenha gastos elevados caso não busque a utilização de mecanismos que eliminem a exposição a condição insalubre”, explica Henrique Vieira.

2620-0842
Gabinete 69



NO PLENÁRIO



José Vicente (PRB)

José Vicente Filho é autor do Projeto de Lei 35/2003. O projeto do vereador autorizou o Poder Executivo Municipal a firmar parceria com o Governo Federal no sentido de colocar à disposição da população masculina, acima de 40 anos, exames para a prevenção do câncer de próstata nos hospitais de Niterói.

Caberá à referida parceria, no âmbito de sua atuação, planejar, propor, elaborar e executar a Política Municipal de Combate ao Câncer de Próstata; encaminhar os portadores de câncer de próstata, quando diagnosticada a doença, para local onde passam receber tratamento adequado; e informar e conscientizar a população masculina acerca da importância da realização do exame preventivo, através dos meios de comunicação social.

“A presente parceria deverá ter como objetivo, além da difusão do exame preventivo, a aquisição de cooperação técnica e financeira pelo município junto ao Governo Federal no sentido de aperfeiçoar sua atuação institucional para implementação das finalidades do Programa Nacional de Prevenção ao Câncer de Próstata”, afirma o projeto de lei do vereador José Vicente Filho.

2613-6718
Gabinete 85



Leonardo Giordano (PT)

Leonardo Soares Giordano pretende ver aprovado o Projeto de Lei 217/2015 sobre diretrizes para instituição do Programa de Coleta Seletiva Contínua de Resíduos Eletrônicos e Tecnológicos de Niterói.

Para os efeitos desta lei, entende-se por resíduo eletrônico pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais, pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio e aparelhos de telefones celulares.

“O presente projeto de lei objetiva instituir o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Eletrônicos. A geração de resíduos eletrônicos e tecnológicos é um fenômeno inevitável nas sociedades atuais. A constante evolução tecnológica e a obsolescência desses equipamentos, cada vez mais rápida, culminam numa produção de resíduos em larga escala. Seu descarte é um grande problema a ser enfrentado. Faz-se necessário que a legislação estabeleça regras e procedimentos obrigatórios para a disposição deste material, de forma a garantir a preservação de recursos naturais e a saúde pública”, ressalta o vereador.

2620-6754
Gabinete 36



Paulo Eduardo (PSOL)

Paulo Eduardo Gomes é autor do Requerimento 208/2015 para a realização de audiência pública sobre o processo de anistia aos empregados e aos servidores públicos civis do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, perseguidos políticos, demitidos no período compreendido entre dezembro de 1985 e dezembro de 1986, em razão de haverem participado de movimentos reivindicatórios.

A audiência é fruto de uma sugestão feita ao mandato de Paulo Eduardo pelos representantes do movimento de ex-trabalhadores do Arsenal de Marinha do Rio e será realizada, no sábado, 28 de novembro, em parceria com o deputado federal Glauber Braga (PSOL/RJ), autor do Projeto de Lei 1.350/2015, que dispõe sobre a anistia para esses trabalhadores demitidos por terem sido perseguidos políticos.

“É dever desta Casa Legislativa se colocar ao lado da sociedade para garantir o debate de temas relevantes na defesa da democracia e dos direitos humanos e sociais. O Projeto de Lei que tramita em Brasília é de interesse da cidadania em geral, bem como a ação que tramita no Poder Judiciário, e a Audiência pretende contribuir para o melhor encaminhamento da demanda”, afirmou.

2622-9760
Gabinete 72





Paulo Henrique (PPS)

Paulo Henrique da Silva Oliveira encaminhou à Secretaria da Mesa Diretora o Projeto de Lei 200/2015 estabelecendo normas para a colocação de plaquetas em braile no interior dos táxis com autonomia do Município de Niterói.

A placa deve conter nome e telefone da cooperativa, nome do motorista e a placa do veículo, possibilitando aos passageiros com deficiência visual a sua identificação. As plaquetas de identificação deverão ostentar o formato padrão com 4cm x 7 cm, podendo ser de acetato ou outro material similar e deverão ser afixadas no painel, em frente ao banco do carona e na porta traseira, ao lado direito do veículo, permitindo, assim, o seu toque.

“A finalidade é a de garantir a acessibilidade ao deficiente visual, pois as pessoas com deficiência têm direitos, querem e precisam tomar suas próprias decisões e estas merecem ser tratadas com respeito e dignidade. As limitações existem e não devem ser ignoradas, mas elas não podem servir para rotular o indivíduo, sendo assim, deficiência não é sinônimo de incapacidade, pois quando são eliminadas as dificuldades, as pessoas com deficiência podem exercer sua cidadania plena”, diz Paulo Henrique.

2620-3732
Gabinete 87



Priscila Nocetti (PSD)

Priscila Souza Nocetti Costa é autora do Projeto de Lei 158/2015 que obriga a instalação de brinquedos inclusivos em todos os recreios infantis localizados em parques e demais espaços de uso público no município de Niterói.

Todos os recreios infantis devem conter um mínimo de 20% de brinquedos inclusivos. Entende-se por brinquedo inclusivo aquele que pode ser usado concomitantemente por crianças com e sem deficiência, promovendo não somente a acessibilidade, mas também a integração social.

Os brinquedos deverão ter obrigatoriamente design inclusivo, atendendo deficiência física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla, de forma que as crianças possam se divertir com o máximo de autonomia e integração. Nos locais em que houver menos de cinco brinquedos ou equipamentos deve ser instalado no mínimo um inclusivo. “Os playgrounds ou parquinhos, como se denomina popularmente, são equipamentos públicos presentes nos mais diversos espaços públicos de Niterói, porém pouquíssimos são adaptados a inclusão e a acessibilidade de portadores de deficiências”, revela Priscila.

2613-0196
Gabinete 34



Renatinho (PSOL)

Geivaldo Renatinho Ribeiro de Freitas apresentou o Projeto de Lei 144/2015 que dispõe sobre o tombamento da profissão de engraxate como bem imaterial de Niterói. Em parágrafo único determina que as cadeiras, caixas, locais tradicionais e modo de trabalho serão abrangidos por esta lei, caso aprovada e sancionada.

Em sua justificativa o vereador explica que a tradição remete ao ano de 1806, nascimento do ofício de engraxate, quando um operário poliu, em sinal de respeito, às botas de um general francês e foi recompensado com uma moeda de ouro por isto.

Durante a Segunda Guerra Mundial apareceram os “sciuscias”, garotos que, para ganhar o sustento de suas famílias, lustravam as botas dos militares, além de receberem cópias de jornais, goma de mascar e doces. Ao fim da guerra desapareceram os “sciuscias” e também os engraxates de Nápoles.

No início dos anos 50 eles eram em torno de mil, entretanto, hoje em dia, caminhando pelas ruas napolitanas, ocasionalmente, encontra-se algum. Após a imigração italiana, aparecem por volta de 1877, na cidade de São Paulo, os primeiros engraxates.

2620-5074
Gabinete 68



NO PLENÁRIO



Renato Cariello (PDT)

Renato Ferreira de Oliveira Cariello é autor, em parceria com o colega Bruno Lessa, do Projeto de Lei 208/2015 que altera a Lei 3.077/2014, e institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores da Guarda Civil Municipal de Niterói, estabelecendo a aposentadoria especial para seus integrantes. A aposentadoria voluntária, com proventos integrais, independentemente da idade, poderá ser requerida após 30 anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 20 anos de exercício em cargo de natureza estritamente de guarda, se homem; ou após 25 anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 anos de exercício em cargo de natureza estritamente de guarda, se mulher.

“O presente projeto de lei tem por objetivo proporcionar a aposentadoria especial para os guardas municipais de Niterói. De forma voluntária aos 30 anos de contribuição para homens e aos 25 anos para as mulheres, com base no artigo 40 da Constituição Federal, incluso pela Emenda Constitucional 47 de 2005. A fundamentação legal deste benefício está no texto constitucional, conforme podemos verificar”, explica o vereador que preside a Comissão de Segurança da Câmara.

2620-7935
Gabinete 67



Rodrigo Farah (PMDB)

Rodrigo Flach Farah é o autor do Projeto de Lei 215/2015 sobre a inclusão da procissão e os festejos religiosos dedicados a São Judas Tadeu, realizados na paróquia de Icaraí, no calendário anual de eventos turísticos de Niterói. A procissão e os festejos integrarão o calendário da Secretaria Municipal de Cultura e da Niterói Empresa de Lazer e Turismo.

“Niterói é uma cidade com evidente vocação turística, não apenas por seus atributos de beleza natural e riqueza cultural, mas também pela proximidade com a cidade do Rio, além de ser a segunda cidade mais importante do Estado. Recentemente, o município de Niterói ganhou o prêmio de segundo maior município turístico do Estado, em condições para o turismo, recepção e atrativos. O certificado foi entregue pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)”.

A Festa de São Judas Tadeu, em Icaraí, já se tornou uma grande referência de fé em nossa cidade e de outras pessoas de fora do município. Todos os anos, a Paróquia de São Judas recebe uma média de 20 mil fiéis, que vêm manifestar a sua gratidão e a sua confiança na intercessão do santo das causas impossíveis.

2613-6832
Gabinete 42



Vitor Júnior (PT)

José Vitor Vieira Bissonho Junior é autor do Projeto de Lei 214/2015 que dispõe sobre a reserva de vagas para bicicletas e veículos não poluentes em estacionamentos públicos e coletivos. A medida estabelece que os estacionamentos deverão dispor de vagas, devidamente sinalizadas, para veículos de transporte que utilizem motores elétricos, magnéticos ou movidos a hidrogênio, energia solar ou eólica.

As vagas para bicicletas devem ser disponibilizadas em número equivalente a 5% do total das vagas destinadas a veículos automotores, garantidas, no mínimo, cinco vagas, devidamente estruturadas, sinalizadas e com as especificações técnicas que atendam às normas técnicas vigentes.

“O governo municipal vem incentivando com sucesso o uso de bicicletas na cidade, através da criação de ciclovias e outras ações que contribuem para uma maior mobilidade viária e preservação do meio ambiente, no entanto os locais públicos e privados para estacionamento de bicicletas são limitados, o que faz com que muitos ciclistas não se sintam estimulados a se locomover por meio destas”, diz o vereador.

2621-0505
Gabinete 11



Título de Cidadão ao homem do turismo



José Haddad recebe o diploma de Cidadão Niteroiense entregue pelo vereador Paulo Henrique Oliveira

O presidente da Neltur (Niterói Esporte, Lazer e Turismo), José Haddad, recebeu o Título de Cidadão Niteroiense por iniciativa do vereador Paulo Henrique Oliveira, aprovada por unanimidade pelos vereadores. Haddad, que é do Rio de Janeiro, mora em Niterói há 25 anos, cidade que escolheu para criar seus três filhos.

— Posso afirmar que agora eu sou um papa-goiaba assumido e isso é um imenso orgulho para mim. Amo essa cidade e este título é uma honra. É muito bom poder dizer que agora sou um niteroiense por direito - agradeceu emocionado o presidente da Neltur.

Paulo Henrique destacou a trajetória política do homenageado que preside pela terceira vez a empresa municipal de turismo e que também preside o Diretório Municipal do Partido Popular Socialista (PPS), em Niterói.

O vereador lembrou que embora carioca, Haddad construiu toda a sua vida política e social na cidade de Niterói.

- Tive a honra de propor este título e ser acompanhado por todos os meus colegas. A prova de como Haddad é querido, podemos ver nesta solenidade lotada de amigos e de vereadores. Haddad é um grande

amigo, um colaborador da cidade – disse.

Para o presidente da Câmara, Paulo Bagueira, a homenagem é de muita importância para a cidade de Niterói, pois ela passa a contar agora “com mais um homem honrado, trabalhador e querido, como um legítimo filho da terra”.

Participaram também da homenagem os vereadores Carlos Macedo, Milton Cal, Andrigo de Carvalho, José Vicente Filho, Renatinho, Betinho, Bira Marques, Emanuel Rocha, Beto da Pipa e Daniel Marques, além de diretores e funcionários da Neltur e amigos do homenageado.

Olhar sobre o meio ambiente em exposição

A exposição “XI Encontro UFF: O olhar do artista sobre o meio ambiente” trouxe centenas de pessoas ao Salão Nobre da Câmara. Os trabalhos, organizados pelo Laboratório Horto-Viveiro da Universidade Federal Fluminense (UFF), tiveram como tema “Terra: planeta água”. A professora Janie Garcia, coordenadora do projeto, lembrou que o objetivo da mostra foi “integrar a arte, a cultura e a educação para promover reflexão, despertar e sensibilizar a comunidade em geral sobre a importância da preservação do meio ambiente na manutenção da nossa qualidade de vida”. A exposição também passou pelos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Casimiro de Abreu.



Janie Garcia a frente de alguns dos trabalhos apresentados na mostra do Laboratório Horto-Viveiro, da UFF



NA HISTÓRIA

Bezerra de Menezes, fundador do TST

Marcando o centenário de um dos juristas mais conceituados do Brasil, a Câmara Municipal realizou sessão solene em homenagem a Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes. Estudioso, pesquisador e dedicado às causas trabalhistas, participou da criação e foi o primeiro presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Por iniciativa do vereador Bruno Lessa, familiares, juristas, desembargadores, admiradores e representantes das instituições ligadas ao Direito lotaram o Plenário Brígido Tinoco da Câmara.

Avô dedicado e participativo dos seus 47 netos, gerados pelos 15 filhos que criou ao lado de Dona Odette, é considerado figura ímpar e de vital importância para o surgimento do Direito Trabalhista no País. Professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) influenciou toda uma geração de advogados niteroienses.

Entre os presentes à noite solene, destacamos o presidente da Ordem dos Advogados de Niterói (OAB), Antônio José Barbosa da Silva; o advogado Cláudio Vianna; ex-deputado e aluno de Bezerra de Menezes, Silvío Lessa; desembargador Aloísio dos Santos, ex-presidente do TST; livreiro Carlos Mônaco; e os vereadores Paulo Eduardo Gomes e Renatinho.

Nascido em Niterói, em 11 de julho de 1915, graduou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, atual UFF. Entre 1939 e 1946, presidiu a 2ª e a 5ª Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, ambas no Rio de Janeiro. Presidiu também o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1946. Com a criação do TST, em substituição ao CNT, perpetrada pela Constituição Federal de 1946, passou à condição de ministro-presidente do TST, tecnicamente o primeiro da história do órgão.

Durante a sessão solene foi exibido um emocionante depoimento de sua neta, Juliana, hoje residente em Madrid, na Espanha, revelando detalhes da vida familiar de Geraldo ao lado dos filhos e netos. Marcos Bezerra de Menezes, um dos 15 filhos, também contou intimidades da família, e o décimo quinto filho, Alexandre, fez parte da mesa.

Bezerra de Menezes permaneceu como dirigente máximo do TST durante

Álbum de família



Geraldo Bezerra de Menezes (à esquerda) e uma cerimônia ao lado do governador do antigo RJ Geremias Fontes (à direita)

duas gestões consecutivas: 1946 a 1949 e 1949 a 1951. Foi corregedor-geral da Justiça do Trabalho e, paralelamente ao Direito, ainda ministrou aulas de Sociologia na Faculdade Fluminense de Medicina (1937 a 1943). Foi membro da Sociedade Internacional de Direito Social e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Membro do Instituto Brasileiro de Direito do Trabalho e dos institutos de Direito do Trabalho da Universidade Federal do Litoral, Argentina; e Latino-Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social.

Foi homenageado com o título de "Construtor do Direito do Trabalho", conferido pela Associação dos Magistrados do Trabalho do Estado de São Paulo; com a Grã-Cruz do Mérito Judiciário (1962); e com a Grã-Cruz do Mérito do Trabalho. Recebeu ainda a Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, e a homenagem de Cidadão Carioca, título conferido pela Assembleia Legislativa do antigo Estado da Guanabara.

Tantas atribuições não fizeram com que ele esquecesse a família, ao contrário, tinha nela seu momento para recarregar as baterias. Aposentou-se em 1966 e morreu em 09 de fevereiro de 2002, aos 86 anos. Em 2005, a viúva, senhora Odette Pereira Bezerra de Menezes, doou o acervo bibliográfico do ministro Geraldo Montedônio para a UFF. Em Niterói, o Fórum da Justiça do Trabalho, a Biblioteca de Serviço Público, uma escola municipal e um prédio da Faculdade de Direito levam o nome Geraldo Montedônio em homenagem ao ministro.